

**PROCESSO LICITATÓRIO COMPRAS Nº 90571/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PE -INTEGRADO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMAPE
SEI Nº 0040400048.000360/2025-15**

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, por meio do Agente de Contratação Marcela Freitas da Costa Salles, designado(a) por meio da Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento Abertura Processo Licitatório (doc. Nº 68871526) da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, e com a respectiva autorização da Diretora Presidente, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de Dispositivos Médicos do tipo kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico visando atender as necessidades da UNILABE/Fundação Hemope, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.2. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Os itens de 13 a 35 são de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 84.246,18 (oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos)**, distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10. Pessoas Físicas.

3.4.11. Agricultor Familiar / Produtor Rural.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certamente, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. As propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos, na forma e no prazo estipulado no item 12.3 deste edital:

a) Comprovação de registro do(s) dispositivo(s) médico(s) ofertado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece a Lei nº 6.360/1976 e a RDC Nº 751, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 ou sua publicação no Diário Oficial da União, exceto os produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006 ou produtos não regularizados como produtos médicos como RUO (Research Use Only), também em consonância aos incisos III e IX do parágrafo 4º da RDC nº 830 de 06/12/2023;

b) Caso os itens cotados sejam dispensados do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o licitante deverá apresentar cópias dos atos que os isenta dos registros;

c) A Contratada será diretamente responsável pela observância de toda a legislação direta e indiretamente aplicável ao objeto da contratação, inclusive normas de Agências Reguladoras, e instruções e resoluções dos Órgãos competentes;

d) O licitante deverá informar, o fabricante e a marca sob a qual o(s) Dispositivo(s) Médico(s) é (são) comercializado(s). No caso de serem importado(s), também deverá informar o país de origem do mesmo;

e) Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deverá estar explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício;

f) A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá entregar, os catálogos/folders para todos os itens, identificando-o com as seguintes informações: número do processo e do pregão eletrônico, data e objeto da licitação, nome, telefone e e-mail da licitante e de seu representante.

g) O pregoeiro poderá solicitar emissão de parecer técnico acerca das especificações do objeto da proposta, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer técnico;

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) tenham a amostra (se exigida durante a fase de julgamento) reprovada, na forma do item 13.17 deste Edital.;

- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de 15

(quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.

13.11.1. Antes da análise da amostra, o Agente de Contratação analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 14.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.

13.11.2. Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.

13.12. As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no Termo de Referência, com observância das demais regras ali previstas.

13.13. As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no TR.

13.14. Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), o agente de contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.

13.15. Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o agente de contratação retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens 13.5 e 13.11.

13.16. A decisão que aprovar ou reprová a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema compras.gov.br.

13.17. Poderá ser dispensada da apresentação da amostra a licitante que ofertar material da(s) marca(s) e modelo(s) explicitamente indicado(s) como referência na tabela do objeto deste Termo de Referência, que já foram aprovados pelo órgão contratante e contem com parecer técnico conclusivo em torno da sua adequação para os fins a que se destina a contratação.

13.18. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional

de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, exceto quanto a empresa distribuir apenas produtos classificados como RUO (Research Use Only), ou seja, produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006;

14.4.2. Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, exceto quanto a empresa distribuir apenas produtos classificados como RUO (Research Use Only), ou seja, produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006;

14.4.3. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, e as possíveis alterações na Autorização de Funcionamento da Empresa-AFE (conforme o inciso 3, art. 15 da RDC 16/2014), ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;

c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

d) Anexo IV – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Marcela Freitas da Costa Salles

Pregoeira/Agente de Contratação 84

**PROCESSO LICITATÓRIO COMPRAS Nº 90571/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PE -INTEGRADO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMOPE
SEI Nº 0040400048.000360/2025-15**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**



Processo Nº 0040400048.000360/2025-15

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o eventual fornecimento de Dispositivos Médicos do tipo kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico visando atender as necessidades da UNILABE/Fundação Hemope, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens descritos conforme quadro(s) constante(s) no anexo D.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 1 do ETP), anexo deste Termo de Referência;

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares (item 5 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de fornecimento de Dispositivos Médicos do tipo kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico, comumente fornecidos por qualquer empresa especializada no ramo, sem necessidade de conjugação de esforços em consórcio a fim de viabilizar o fornecimento.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que se faz necessária a apresentação da autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e esta é reservada à Pessoa Jurídica nos termos da Lei nº 6.360/1976. Tal vedação parte do princípio de que pessoas físicas não podem cumprir os requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014. Portanto, não poderão realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei nº 6.360/1976.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que as condições técnicas e físicas necessárias ao fornecimento do objeto pretendido, são avaliadas objetivamente por meio de requisitos que não são compatíveis com a capacidade jurídica do agricultor familiar e produtor rural.

2.8.2. O agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural, em conformidade com a lei 11.326/2006, não guardando correlação com o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16/2014. Portanto, não podendo realizar atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humanos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, sendo permitidas essas atividades somente a empresas e que são reguladas em seu funcionamento pela ANVISA, através do documento Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) que confere que o estabelecimento está cumprindo a Legislação Sanitária, de acordo os termos da Lei nº 6.360/1976.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada no quadro resumo deste Termo de Referência (anexo D), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características e condições:

- a) Quanto ao item 21 (cód. 200115-2), trata-se de fitas de acetato de celulose necessária para realizar análises de proteínas séricas e hemoglobinas através do método de eletroforese.
- b) Quanto ao item 14 (cód. 85238-4), deve vir preferencialmente com controle positivo;
- c) Quanto ao item 23 (cód. 528652-2), também pode ser ofertado água destilada;
- d) Quanto ao item 11 (cód. 26961-1): onde se lê "RNA", leia-se "DNA". Pode ser ofertado em frasco transparente;
- e) Quanto ao item 24 (cód. 139559-9): peso molecular: 79,06 / número CAS 1066-33-7;
- f) Quanto ao item 26 (cód. 427834-8): peso molecular 203,3 / número CAS 7791-18-6;
- g) Quanto ao item 27 (cód. 418346-0), não precisa ser usado exclusivamente para cultura de tecido vegetal;
- h) Quanto ao item 28 (cód. 373185-5): deve ser usado para biologia molecular - livre de DNase e RNase . Peso molecular: 288,38 / número CAS: 151-21-3;
- i) Quanto ao item 29 (cód. 183660-9): peso molecular 136,08 / número CAS 127-09-3;
- j) Quanto ao item 31 (cód. 419824-7): usado para biologia molecular.
- k) Quanto ao item 12 (cód. 597890-4), admite-se apresentações de 100 microlitros a 1.000 microlitros;

3.1.2. Devem ser observados tais detalhamentos quanto ao fornecimento do objeto:

- a) O acondicionamento e o transporte dos dispositivos médicos deverão ser feitos respeitando as normas técnicas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores de acordo com o exigido para cada tipo de produto, devidamente protegido de pó e variações de temperatura, de modo a garantir sua qualidade e integridade;
- b) O rótulo/embalagem do produto deve conter as informações dispostas no Art. 47 da RDC 751/2022, e devem mencionar as condições corretas de armazenagem do produto, entre elas, temperatura, umidade, empilhamento, entre outras;
- c) A marca do produto no ato da entrega deverá ser correspondente à marca constante na proposta da empresa, quando indicado;
- d) Substituições de marcas de produtos serão aceitas desde que atendidas às especificações técnicas estabelecidas e, apenas, nos casos de: descontinuidade do produto no mercado junto a ANVISA; falta de matéria prima comprometendo a fabricação, certificada pelo respectivo fabricante; ou por outro motivo justificado que será analisado com fundamento em parâmetros técnicos, visando a garantia da qualidade e segurança no processo assistencial.

e) O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.1.3. Conforme legislação vigente, indica-se marcas de referência para os seguintes itens:

Item/Produto/Efisco	Marca	Código de Referência do Fabricante	Justificativa técnica
05 / Tripsina / 565604-4	Gibco	15090046	Tripsina líquida 2,5% é uma solução ideal por se tratar de enzimas que desnatura as proteínas cromossômicas, utilizada para bandejamento G, onde procede no bandejamento cromossômico de interesse para o setor, além de está na formulação líquida facilitando sua diluição.
06 / Soro Bovino Fetal / 278072-0	Sigma	12103C	O Soro Bovino Fetal (SBF) da referida marca ideal pois, fornece nutrientes e fatores de crescimento para o meio de cultura, além de proteger as células contra danos oxidativos e apoptose
07 / RPMI 1640/ 224767-4	Sigma ou Gibco	R8758 ou 22400089	Meio de cultura RPMI 1640 é ideal para proporcionar crescimento adequado para células leucêmicas, sendo um meio com concentrações de proteínas e o agente redutor glutathione, favorecendo o cultivo celular de forma correta e além disso, baseado no sistema de bicarbonato de sódio que concorda com no mínimo de 5% de CO ₂ da estufa do laboratório de citogenética/UNILABE/HEMOPE.
09 / Fito hemaglutinina / 508244-7	Gibco	11570356 ou 10576-015	O reagente serve para indução de blastogênese in vitro em linfócitos de sangue periférico em 72 horas. Utilizado para teste de fragilidade cromossômica por Mitomicina C.
11 / Fenol / 26961-1	Phoneutria Biotecnologia		Uma técnica alternativa de extração de DNA utilizada em laboratório é a técnica de fenolclorofórmio. O reagente fenol equilibrado em pH alcalino é um reagente crítico para a extração de DNA, interferindo na qualidade do DNA extraído. No laboratório, a técnica de extração está padronizada com o fenol equilibrado pH alcalino da marca Phoneutria Biotecnologia, que rende um DNA de boa qualidade, justificando assim a sua compra.
12 / Intercalante de DNA / 597890-4	Greensafe Premium da NZY Tech ou GELRED da BIOTIUM	MB13201, ou 41003-T, 41003	Estas marcas são essenciais para a obtenção de dois resultados: processamento das amostras seguro, livre de brometo de etídio; oferecimento de boa sensibilidade na interação com o DNA para a observação de bandas com poucos pares de base (pb) no gel de agarose.

3.2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.2.1. A entrega dos bens será realizada de forma continuada, periodicamente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, conforme a necessidade administrativa da Contratante, durante o prazo de vigência contratual, de acordo com os quantitativos estimados para cada parcela e previstos nas futuras ordens de fornecimento, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.2.2. Deverão ainda as entregas ser realizadas de acordo com o Cronograma a ser fornecido à Contratada pela Contratante, o qual poderá sofrer alterações, de acordo com as necessidades do Órgão/Entidade. O Cronograma deverá ser previamente enviado aos fornecedores, através de e-mail, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura contrato, com os quantitativos e frequência de entregas periódicas no endereço indicado.

3.2.3. Os produtos serão entregues nas unidades abaixo indicadas, no horário das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira (dias úteis), onde serão conferidos e recebidos mediante agendamento prévio através dos telefones 3182-5105 / 3182- 5109 ou pelo e-mail unilabe@hemope.pe.gov.br.

UNIDADE	ENDEREÇO
Almoxarifado da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco	Rua Gaspar Pérez, Nº 273, Iputinga, Recife -PE

3.2.4. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.2.5. A dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício, observando as normas que impliquem desoneração tributária;

3.2.6. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas, a conformidade dos documentos de registro na ANVISA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

3.2.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 3.2.5.b não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.2.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pelo perfeito fornecimento do objeto, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento;

3.2.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

3.2.10. Na entrega dos Dispositivos Médicos deverão ser verificados:

a) A conformidade das especificações técnicas com o que foi solicitado através do e-fisco na tabela constante do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes do item 3.1.1 deste Termo de Referência;

b) Os Dispositivos Médicos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigidas em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA, se aplicável, excetuando-se tal exigência conforme incisos III e IX do parágrafo 4º da RDC.nº 830 de 06/12/2023;

3.2.11. Os Dispositivos Médicos devem ser entregues por lote e data de validade, com seus respectivos quantitativos na Nota Fiscal;

3.2.12. Os prazos de validade dos dispositivos médicos devem ser, no mínimo, de 6 (seis) meses a partir da data da entrega, ou, na impossibilidade técnica, devido à natureza do produto, o prazo deverá ser equivalente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade, contados da data de fabricação;

a) A impossibilidade técnica citada no item acima deverá ser justificada pela contratada e aceita pela administração

3.2.13. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) dia(s) úteis, contados da notificação feita pelo fiscal, os produtos que apresentarem qualquer irregularidade;

3.2.14. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dia(s) úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.2.15. A Contratante reserva-se o direito de não receber nenhum produto com prazo de validade inferior aos especificados no item **3.2.13**, RESSALVADOS os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da Contratada e justificativa expressa do órgão interessado, caso em que será formalizado o compromisso de troca de todo quantitativo não utilizado, através da “Carta de Comprometimento de Troca”;

3.2.16. No ato da entrega dos produtos garantidos pela Carta de Comprometimento de Troca, a nota fiscal apresentada deve informar que o produto é referente a uma reposição por troca, especificando a nota fiscal e empenho de origem.

3.2.17. Caso o produto referente à troca possuir prazo de validade inferior ao especificado no item **3.3.13**, é necessário o envio de nova Carta de Comprometimento de Troca;

3.2.18 No momento da entrega a contratada deverá apresentar descrição detalhada do Dispositivo Médico ofertado e correlacionar com o registro apresentado do número do item correspondente no Termo de Referência, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características específica.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de R\$ 84.246,18 (oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos) distribuído nos seguintes itens:

- a) Item I (ampla concorrência)– Valor estimado total - R\$ 4.535,60 (quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);
- b) Item II(ampla concorrência) - Valor estimado total - R\$ 2.620,80 (dois mil seiscentos e vinte reais e oitenta centavos);
- c) Item III (ampla concorrência) - Valor estimado total - R\$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta reais);
- d) Item IV (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 2.695,20 (dois mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)
- e) Item V (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 2.692,21 (dois mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos)
- f) Item VI (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 4.122,00 (quatro mil cento e vinte e dois reais)
- g) Item VII (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais)
- h) Item VIII (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 4.591,50 (quatro mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)
- i) Item IX (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 777,28 (setecentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos)
- j) Item X (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 2.173,84 (dois mil cento e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos)
- k) Item XI (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 35,28 (trinta e cinco reais e vinte e oito centavos)
- l) Item XII (ampla concorrência) – Valor estimado total - R\$ 14.636,60 (catorze mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)
- m) Item XIII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte reais)
- n) Item XIV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 2.310,00 (dois mil trezentos e dez reais)
- o) Item XV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 539,00 (quinhentos e trinta e nove reais)
- p) Item XVI (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais)
- q) Item XVII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)
- r) Item XVIII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$174,00 (cento e setenta e quatro reais)
- s) Item XIX (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais)
- t) Item XX (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 10.012,00 (dez mil doze reais)
- u) Item XXI (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)
- v) Item XXII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 3.603,60 (três mil seiscentos e três reais e sessenta centavos)
- w) Item XXIII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 448,80 (quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos)
- x) Item XXIV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais)
- y) Item XXV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 32,24 (trinta e dois reais e vinte e quatro centavos)
- z) Item XXVI (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos)
- aa) Item XXVII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 351,21 (trezentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos)
- bb) Item XXVIII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais)
- cc) Item XXIX (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 30,00 (trinta reais)
- dd) Item XXX (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)
- ee) Item XXXI (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 40,52 (quarenta reais e cinquenta e dois centavos)
- ff) Item XXXII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 207,60 (duzentos e sete reais e sessenta centavos)
- gg) Item XXXIII (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 1.610,00 (mil seiscentos e dez reais)

hh) Item XXXIV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 91,45 (noventa e um reais e quarenta e cinco centavos)

ii) Item XXXV (cota exclusiva) – Valor estimado total - R\$ 89,95 (oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Ação: 2117 - Atendimento a Pacientes Hematológicos

Elemento da despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Fonte: 0500710000 - Recursos não vinculados de Impostos - TRANSF FES

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que os itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, desta licitação são mais simples e possuem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, serão estes considerados de participação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual (MEI);

4.3.3. Excepcionalmente, se tratando dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, o tratamento privilegiado destinado às ME, EPP e MEI pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

4.3.4. O presente processo se enquadra no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006 e II do art. 9º do Decreto nº 45.140/2017 citado acima, uma vez que, considerando que o processo 0505.2024.AC_13.PE.0214.SAD.HEMOPE (doc. SEI! n. 63662657) anterior ao presente contou com a presença de apenas uma empresa de grande porte para oferecer os produtos 1 e 2 (sabendo que ela também oferece o item 3), de modo que a maioria das empresas fornecedoras desses produtos especializados e importados são empresas da categoria LTDA, a limitação da concorrência no certame ensejaria um risco de fracasso e, ato contínuo, maiores atrasos fornecimento dos itens e prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, com risco de desabastecimento. Outrossim, considerando que os processos 0019.2023.CPL.PE.0015.HEMOPE (doc. SEI! n. 65824367) e 0540.2024.AC-59.PE.0238.SAD.HEMOPE (doc. SEI! n. 65824363), anteriores ao presente, restaram fracassados, e tendo em vista que apenas uma ME pode fornecer com rigor técnico os itens listados no item 4.3.3, ressalta-se o mesmo motivo de afastamento de ME, EPP e MEI, motivo pelo qual foi feita uma compra de emergência em novembro de 2024 (3162.2024.CCD.CD.0040.HEMOPE) para atender o

abastecimento dos itens referidos nos consecutivos processos que restaram frustrados (desertos ou fracassados);

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO CONTINUADA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO / POR ITEM;

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto;

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostra adequada e eficiente para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que:

- a) O objeto da presente contratação é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, para o qual a modalidade de licitação “pregão eletrônico” tem oferecido maior economia;
- b) Trata-se de um Registro de Preços com agrupamento dos itens em lotes, importante para ampliar a atratividade econômica do certame perante o mercado, promovendo maior competitividade. Além disso, visa obter ganhos de eficiência e celeridade nas contratações subsequentes, bem como otimizar os aspectos logísticos por meio da redução do número de fornecedores potenciais
- c) Utilizou-se o modo de disputa aberto por entender que este promove uma maior disputa entre os licitantes e, consequentemente, tem o maior potencial de alcançar melhores preços para a Administração.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1. As propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos:

5.2.2.1.1. Comprovação de registro do(s) dispositivo(s) médico(s) ofertado(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme estabelece a Lei nº 6.360/1976 e a RDC Nº 751, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022 ou sua publicação no Diário Oficial da União, exceto os produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006 ou produtos não regularizados como produtos médicos como RUO (*Research Use Only*), também em consonância aos incisos III e IX do parágrafo 4º da RDC nº 830 de 06/12/2023;

5.2.2.1.2. Caso os itens cotados sejam dispensados do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o licitante deverá apresentar cópias dos atos que os isenta dos registros,

5.2.2.1.3. A Contratada será diretamente responsável pela observância de toda a legislação direta e indiretamente aplicável ao objeto da contratação, inclusive normas de Agências Reguladoras, e instruções e resoluções dos Órgãos competentes;

5.2.2.1.4. O licitante deverá informar, o fabricante e a marca sob a qual o(s) Dispositivo(s) Médico(s) é (são) comercializado(s). No caso de serem importado(s), também deverá informar o país de origem do mesmo;

5.2.2.1.5. Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deverá estar explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício;

5.2.2.1.6. A Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá entregar, os catálogos/folders para todos os itens, identificando-o com as seguintes informações: número do processo e do pregão eletrônico, data e objeto da licitação, nome, telefone e e-mail da licitante e de seu representante.

5.2.2.1.7. O pregoeiro poderá solicitar emissão de parecer técnico acerca das especificações do objeto da proposta, tendo a área o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar seu parecer técnico;

5.2.3. DA AMOSTRA

5.2.3.1 Visando realizar análise conclusiva da adequação e conformidade do produto/solução ofertado(a) para o atendimento da necessidade pública, será exigida amostra em virtude da necessidade de testar o desempenho dos produtos cujos fabricantes/ marcas não são indicadas neste Termo. Para tal, utiliza-se protocolos e procedimentos estabelecidos no laboratório, pois é possível que, a despeito do atendimento às especificações da descrição do produto, o referido não tenha capacidade de desempenhar adequadamente sua função para atingir o resultado esperado utilizando as amostras biológicas com diagnóstico conhecido.

5.2.3.2 O prazo definido para sua apresentação, conforme definido no subitem abaixo, é reputado razoável para a entrega da amostra pelo licitante.

5.2.3.3 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e à adequação do objeto, bem como, após verificada a regularidade formal da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo agente de contratação, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

5.2.3.4 Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

5.2.3.5 A amostra deverá ser apresentada ao endereço Rua Joaquim Nabuco, Nº 171, Graças, Recife, CEP: 52.011000, no corredor à direita do primeiro andar do Bloco B, no horário das 08:00 às 16:00, mediante agendamento através dos números 3182-4646, 3182-4710 ou e-mail unilabe@hemope.pe.gov.br.

5.2.3.6 Quando a amostra for enviada por via postal, a postagem deverá ser realizada no prazo previsto no item 5.2.3.3, devendo a licitante comunicar ao pregoeiro a data da postagem.

5.2.3.7. A amostra, deverá obrigatoriamente estar identificado(a) com os seguintes dados:

- a) número do Processo Licitatório;
- b) número correspondente ao(s) item(ns) da licitação para o qual foi exigida a amostra, com sua(s) respectiva(s) descrição(ões);

c) razão social, endereço completo e número do telefone do licitante;

d) nome completo e número do telefone do representante do licitante.

5.2.3.8. A amostra consistirá em:

Item / Efisco	Descrição	Quantidade mínima
05 / 565604-4	REAGENTES QUIMICOS - TRIPSINA LIQUIDA 2,5%, 10X. LIVRE DE MICOPLASMA E PARVOVIRUS DE PORCO, SEM CALCIO, SEM MAGNESIO, SEM EDTA E SEM VERMELHO DE FENOL.,,PARA ACAO ENZIMATICA PROTEOLITICA.,CAS. 9002-07-7	01 Frasco de 50 mL
06 / 278072-0	SORO BOVINO - LIQUIDO, ESTERIL, INATIVADO , ISENTO DE MYCOPLASMA,COM NIVEL DE ENDOTOXINA DE = OU > 50 EU/ML E DE HEMOGLOBINA DE 25 MG/DL,COMPOSICAO,PH,COM CONTENDO PROTEINAS, ALBUMINA, GLOBULINA UM E DOIS, B GLOBULINA, GLICOSE, UREIA, CREATININA E HEMOGLOBINA PARA USO EM CITOGENETICA COMO COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA MEIO DE CULTURA,OSMOLARIDADE,ASPECTO DA SUSPENSAO, EM, IDENTIFICACAO COM EMBALAGEM CONTENDO 500ML, N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE (24 MESES) E TEMPERATURA PARA CONSERVACAO DO PRODUTO,ISENTO DE SEM MYCOPLASMA, ESPECIALMENTE TESTADO PARA USO EM CULTURA DE CELULAS,TESTADO EM CELULAS,CONSERVACAO EM TEMPERATURA DE - 5 ATE 20 GRAUS CELSIUS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	01 Frasco de 50 mL
07 / 224767-4	RPMI - RPMI 1640 COM GLUTAMINA , BICARBONATO DE SODIO, ANTIBIOTICO E HEPES PARA USO EM LABORATORIO DE CITOGENETICA, LIQUIDO, MEIO PARA CULTURA DE CELULA, MEIO DE CULTURA RPMI 1640 LIQUIDO CONTENDO BICARBONATO DE SODIO, GLUTAMINA , ANTIBIOTICO E HEPES EM FRASCO DE 500 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE (PARA 12 MESES), FORMULA E PROCEDENCIA E TEMPERATURA PARA CONSERVACAO	01 Frasco de 50 mL
09 / 508244-7	REAGENTES BIOLOGICOS - PHA-M FITOHEMAGLUTININA M, COM ATIVIDADE MITOGENICA PARA LINFOCITOS HUMANOS,PARA USO EM CULTURAS DE LINFOCITOS,CONCENTRACAO: 10UG/ML,PRONTO PARA USO E ESTERIL	01 Frasco de 2 mL
11 / 26961-1	FENOL - CATEGORIA PARA EXTRACAO DE RNA, TEOR LIQUIDO, LIMITES MAXIMOS ANIONS 0,0005%, LIMITES MAXIMOS ALUMINO MAX. 0,0005%, COBRE MAXIMO 0,0005%, PH DA SOLUCAO 0,5M 7,8, PONTO DE SOLIDIFICACAO MAIOR OU IGUAL A 40,5 GRAUS CELSIUS, ASPECTO DA SOLUCAO VISCOSA CLARA AMARELADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO AMBAR DE 100ML., ROTULO COM NUM. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO	01 Frasco de 100 mL
12 / 597890-4	REAGENTE PARA BIOLOGIA MOLECULAR - PARA DETECCAO DE ACIDOS NUCLEICOS EM GEIS DE AGAROSE E POLIACRILAMIDA, DILUIDO EM AGUA,CONCENTRACAO MINIMA DE 10.000X,CORANTE FLUORESCENTE INTERCALANTE , SEGURO, NAO MUTAGENICO E NÃO TOXICO	01 Frasco 100 microlitros

5.2.3.9 Deverão ser apresentadas amostras para o(s) item(s) relacionado(s) acima, devendo ser observados os seguintes critérios objetivos na análise:

05 / Tripsina/ 565604-4	A tripsina passará pelo teste de diluição em solução salina e seguirá para processo de digestão de cromossomos (desnaturação das proteínas cromossômicas) até formalizar as bandas cromossômicas para sua adequação.
06 / Soro Bovino Fetal / 278072-0	Este produto será testado sendo suplemento com o meio de cultura RPMI 1640 e passará por um procedimento de incubação celular onde o aspirado da medula óssea será semeado no meio + Soro bovino fetal para verificação de crescimento celular e se servirá futuramente para fixação (etapa 2, após cultivo celular) e análise (obtenção de metáfase), procedimento estabelecido pelo procedimento operacional padrão do laboratório de citogenética da UNILABE/HEMOPE.
07 / RPMI 1640 / 224767-4	O meio de cultura RPMI 1640 passará por um procedimento de incubação celular onde o aspirado da medula óssea será semeado no meio (amostra enviada) para verificação de crescimento celular e se servirá futuramente para fixação (etapa 2, após cultivo celular) e análise (obtenção de metáfase), procedimento estabelecido pelo procedimento operacional padrão do laboratório de citogenética da UNILABE/HEMOPE.
09 / Fitohemaglutinina / 508244-7	O reagente será cultivado em linfócitos de sangue periférico normal, sendo cultivado por 72 horas em Meio RPMI 1640 e suplementado com soro bovino fetal, heparina, antibióticos e L- glutamina, onde a produção final de metáfase será uma adequação para amostra testada, procedimento estabelecido pelo procedimento operacional padrão do laboratório de citogenética da UNILABE/HEMOPE.
11 / Fenol / 26961-1	O teste da amostra de fenol será realizado da seguinte maneira: a amostra teste de fenol será utilizada na extração de DNA de 6 amostras de sangue periférico que serão testadas, posteriormente, para a deleção 3,7Kb do gene alfa da hemoglobina, presente em indivíduos com alfa talassemia, pela técnica realizada em nosso laboratório (PCR convencional, seguido de eletroforese em gel de agarose a 1%) (Dodé et al, 1993). Dessas 6 amostras, 2 devem ser heterozigotas, 2 homozigotas e 2 normais. A extração de DNA utilizando a amostra teste de fenol será comparada com a extração de DNA já realizada em nosso laboratório com o fenol equilibrado em pH alcalino da marca Phoneutria Biotecnologia, devendo apresentar desempenho semelhante ou superior ao do fenol da marca Phoneutria Biotecnologia, para que seja considerado aprovado no teste. Ou seja, o fenol teste deve cumprir as seguintes exigências para ser considerado aprovado no teste: · Ser capaz de extrair DNA com uma quantificação semelhante ou superior ao extraído pelo fenol da marca Phoneutria Biotecnologia; · O DNA extraído pelo fenol teste deve apresentar uma razão de absorbância 260/280nm entre 1,8 e 2,0; · O DNA extraído pelo fenol teste será utilizado na técnica de PCR para detecção da deleção 3,7Kb do gene alfa da hemoglobina, devendo ser capaz de detectar o correto genótipo da amostra para essa alteração. O genótipo da amostra de DNA será definido previamente a partir da amostra de sangue extraída pelo fenol da marca Phoneutria Biotecnologia. O teste para detecção da deleção 3,7Kb do gene alfa da hemoglobina foi escolhido para avaliar as amostras testes de fenol, pois se trata de uma reação muito delicada, que precisa de um DNA bastante íntegro e puro, pois são amplificados fragmentos de grande tamanho, de 1900 (alelo mutante) a 2100 (alelo selvagem) pares de bases.
12 / Intercalante de DNA / 597890-	A amostra para teste do corante fluorescente para ácidos nucleicos em géis de agarose e poliacrilamida terá seu desempenho comparado ao brometo de etídio para que seja considerado

4	aprovado. Será realizada a corrida eletroforética em gel de agarose a 2%, em tensão de 100V, utilizando o tampão de corrida TAE, por 30 minutos. O corante fluorescente será aplicado seguindo as instruções do fabricante, podendo ser otimizado para avaliação do rendimento real do produto. Para fins de comparação, será realizada uma corrida eletroforética utilizando gel de agarose preparado com brometo de etídio, na proporção de 1µL de brometo de etídio para 100mL de gel, nas mesmas condições da amostra teste. Para realização da corrida eletroforética com a amostra teste e com o brometo de etídio, será aplicado no gel pronto, 0,5µg de marcador de pares de base (ladder) de 100pb. Ao final da corrida eletroforética, o gel será visualizado no fotodocumentador Doc-Print VX2 da fabricante VilberLourmat, nas mesmas condições para a amostra teste e para o brometo de etídio. O corante fluorescente teste deve ser capaz de detectar a banda de 100pb do marcador de pares de bases (ladder) com uma intensidade semelhante ou superior ao brometo de etídio, para ser considerado aprovado.
---	---

5.2.3.10 O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto.

5.2.3.11 Será admitida a presença dos demais licitantes na apresentação da amostra, sendo vedada a manifestação escrita ou oral dos licitantes durante este procedimento.

5.2.3.12 Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue.

5.2.3.13 A amostra será examinada e avaliada pelo Laboratório de citogenética/UNILABE da Fundação Hemope e pelo Núcleo de Hematologia Clínica e Laboratorial da Universidade Federal de Pernambuco, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados.

5.2.3.14 Após a entrega, o Laboratório de citogenética/UNILABE da Fundação Hemope e o Núcleo de Hematologia Clínica e Laboratorial da Universidade Federal de Pernambuco, responsáveis pela análise, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, emitirá parecer técnico de conformidade com o objeto solicitado, informando expressamente se APROVA ou REPROVA a amostra apresentada.

5.2.3.15 No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.

5.2.3.16 Durante a análise técnica, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementos necessários para avaliação, os quais deverão ser apresentados, em até 05 dias úteis da data da notificação formal (e-mail), sob pena de desclassificação do licitante pelo não cumprimento

5.2.3.17 Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.

5.2.3.18 No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados.

5.2.3.19 Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva do licitante;

5.2.3.20 A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva do Laboratório de citogenética/UNILABE da Fundação Hemope e do Núcleo de Hematologia Clínica e Laboratorial da Universidade Federal de Pernambuco,

5.2.3.21 Após a conclusão do certame, a licitante terá um prazo de 30 (trinta) dias úteis para fazer a retirada das amostras, sem ônus para a Administração, que serão devolvidas no estado em que se encontrem. Caso não sejam recolhidas, o órgão isenta-se da guarda do objeto, ficando este sujeito à destinação a que a Administração Pública entender adequada, conforme art. 20, § 3º, do Decreto nº 53.384/2022.

5.2.3.22. Poderá ser dispensada da apresentação da amostra a licitante que ofertar material da(s) marca(s) e modelo(s) explicitamente indicado(s) no item 3.1.3 neste Termo e que já foram aprovados pelo órgão contratante e contem com parecer técnico conclusivo em torno da sua adequação para os fins a que se destina a contratação.

5.2.3.23 Justificativa para indicação de marca(s) de referência e eventual dispensa de apresentação de amostras:

A indicação da marca de referência é expressamente admitida pela Lei nº 14.133/2021 como forma de bem caracterizar o objeto a ser licitado, sempre que essa identificação tornar mais compreensível a descrição do bem pretendido. (art. 41, inc. I, “d”, Lei nº 14.133/2021).

Compreende-se que as marcas e os modelos indicados como referência já foram tecnicamente aprovados e tidos como adequados para satisfazer a necessidade administrativa, sendo, por conseguinte, razoável entender que, em relação a eles, a apresentação de amostras pode ser dispensada. A dispensa da amostra nessa específica situação atende aos princípios da eficiência e da economicidade, permitindo um resultado mais célere da licitação, sem qualquer afronta ao postulado da igualdade. Nesse sentido já se manifestou Renato Geraldo Mendes:

“É desarrazoado generalizar a exigência de amostra para todos que participam da disputa, independentemente do objeto proposto.

(...)

A eventual exigência de que a amostra é uma condição que deve ser atendida por uns e não, necessariamente, por todos não viola a igualdade, desde que tenha sido definida no edital. Assim, se a Administração está licitando material de consumo e conhece uma grande quantidade de marcas, tal como a caneta BIC ou a Kilométrica, pode consignar no edital que os licitantes que cotarem canetas das referidas marcas não precisarão apresentar amostras e que os licitantes que cotarem outras marcas não relacionadas estarão obrigados a fornecer amostras para análise.”

Disponível em: <https://zenite.blog.br/nova-lei-de-licitacoes-e-possivel-deixar-de-exigir-amostrade-produto-conhecido-pela-administracao/> Acesso em: 03 de junho de 2024.

5.2.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.4.1. Os requisitos de habilitação jurídica serão descritos no Edital da presente contratação.

5.2.5. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.2.5.1. Ato de Autorização de Funcionamento para o exercício da atividade de comércio atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014, exceto quanto a empresa distribuir apenas produtos classificados como RUO (Research Use Only), ou seja, produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006;

5.2.5.2. Licença de funcionamento do estabelecimento, para o exercício da atividade de comércio Atacadista ou de distribuição de Produtos para Saúde (correlatos), emitida pelo órgão sanitário competente da unidade federativa em que se localize, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, exceto quanto a empresa distribuir apenas produtos classificados como RUO (Research Use Only), ou seja, produtos dispensados de cadastro conforme RDC ANVISA n.206, de 2006;

5.2.5.3. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados no Edital, salvo em relação às licenças sanitárias de renovação, se houver, e as possíveis alterações na Autorização de Funcionamento da Empresa- AFE (conforme o inciso 3, art. 15 da RDC 16/2014), ficando a aceitação do protocolo condicionada à consulta prévia aos órgãos competentes;

5.2.6. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.2.6.1. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação art. 3º, inciso I e IV do Decreto nº 54.700, de 16 de maio de 2023, visto que as contratações serão frequentes na Fundação Hemope. Além disso, o agrupamento das demandas em uma única aquisição proporciona sua padronização e uniformização, ao mesmo tempo em que possibilita obtenção de um maior ganho em escala;

6.1.2. O emprego do sistema de registro de preços para o presente certame foi uma decisão estratégica fundamentada na necessidade de otimização dos recursos públicos. Frequentes licitações para a aquisição de bens ou serviços não apenas demandam considerável esforço administrativo, mas também podem resultar em custos adicionais e atrasos desnecessários. Além disso, a natureza volátil das demandas da administração torna difícil estabelecer com precisão os quantitativos necessários antecipadamente. Portanto, o sistema de registro de preços se apresenta como uma solução eficiente, permitindo a flexibilidade necessária para a efetivação de contratações de acordo com as demandas do momento, sem se vincular a quantitativos e prazos predeterminados;

6.1.3. Adotar o sistema de registro de preços oferece à administração pública a agilidade e a capacidade de resposta necessária para atender às necessidades emergentes de forma eficiente. Ao contrário dos procedimentos tradicionais de licitação, esse sistema permite uma adaptação dinâmica às variações na demanda, evitando assim a subutilização ou a falta de recursos necessários. Além disso, ao concentrar as negociações em um único processo, o sistema de registro de preços promove uma gestão mais transparente e simplificada, contribuindo para a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos. Em suma, a adoção desse sistema representa uma medida estratégica que visa garantir a otimização dos processos de aquisição, em consonância com os princípios da administração pública voltados para a eficiência, economicidade e transparência;

6.2. ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A)

6.2.1. A Fundação Hemope é o gerenciador deste Registro de Preços.

6.3. ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

6.3.1. O Hemope é o único órgão participante do presente Registro de Preços

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, para a respectiva autorização, através dos seguintes meios:

- Telefone: (81) 3182-4710
- E-mail: unilabe@hemope.pe.gov.br
- Sistema PE-INTEGRADO.

6.6.3. As condições para utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

6.7.1. As obrigações do órgão gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecimento de reagentes é classificado como serviço de natureza continuada, uma vez que atende a uma demanda permanente e essencial para o funcionamento regular do laboratório. Trata-se de fornecimento contínuo, necessário à manutenção das atividades laboratoriais da Administração Pública. Para tanto, caberá à autoridade competente atestar, periodicamente, que as condições contratuais e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a renegociação com a contratada ou, se for o caso, a extinção contratual sem ônus para as partes.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.2.1. O Detentor da Ata será convocado para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1. As obrigações da **Contratada** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), por se tratar de objeto de baixa complexidade e risco, cuja reposição, em caso de inadimplência, pode ser facilmente realizada. Além disso, a exigência de garantia poderia limitar a competitividade, afastando fornecedores de menor porte, o que contraria os princípios da eficiência e economicidade, além de ser considerado como pequeno vulto e ausência de complexidade técnica com baixos riscos envolvidos.

7.6. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

7.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que foi constatado que o fornecimento do bem pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexa ao Edital deste certame.

7.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de telefone e/ou correio eletrônico, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no endereço definido no contrato.

7.7.4. A Fiscalização da contratação ficará a cargo da Supervisão Técnica da UNILABE.

7.7.5. A Gestão da contratação ficará a cargo da Chefia da UNILABE.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata de registro de preços serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

Anexo C- ETP

Anexo D – Quadro Resumo

Recife, 11 de julho de 2025.

Gleybisson Oliveira Alves

Mat. 3458660/01

Chefe da UNILABE

Raphael Ferreira Pimentel

Mat. 376539-3

Analista em saúde

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento de Medicamentos/MMH (Atualizado em 05/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento de Medicamentos/MMH (Atualizada em 22/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
--------------------------	------------

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO n°

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Data: __/__/202__

Nome e assinatura do
representante legal.

ANEXO B**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado do licitante)

Item	Cód. Efisco	Descrição do Item	Registro na ANVISA (se aplicável)	Marca/fabricante	Unid	Qtde	Preço Unitário Onerado (com incidência de ICMS)	Preço Unitário Desonerado (isento ICMS) ¹	Preço Total ²
1									
2									
Valor Total do Item									

1. Quando o produto for detentor do benefício, a dedução do ICMS deve ser explícita na proposta de preço do licitante, que deve conter a alíquota incidente e a dedução do que seria devido, caso não houvesse o benefício, observando as normas que impliquem desoneração tributária.
2. Em se tratando de produto elencado em normas que impliquem desoneração tributária, o preço total deverá ser informado sem a carga tributária do ICMS.

Validade da proposta: Conforme edital.**Demais condições comerciais:** Conforme edital.

Data: __/__/202__

Nome e assinatura do
representante legal.

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Identificação do requisitante

Número SEI: 0040400048.000360/2025-15

Órgão/Entidade: Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope)

Setor Requisitante do Órgão/Entidade: Unidade de Laboratórios Especializados

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: Raphael Ferreira Pimentel / Gleybisson Oliveira Alves

Contato do responsável: Fone (81) 3182-4646 E-mail institucional: raphael.pimentel@hemope.pe.gov.br

Preâmbulo

A realização deste ETP é obrigatória para o atendimento da necessidade pública, conforme enquadramento do caso concreto no inciso VIII do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, que descreve sua obrigatoriedade na fase de planejamento dos processos licitatórios e contratações oriundas de pregões no caso de aquisição de bens, nos termos do inciso XLI do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Nos termos da Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, o estudo não é classificado como sigiloso. Neste caso, o ETP pode ser disponibilizado na íntegra como um anexo do Termo de Referência de acordo com o art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Este ETP não analisa mais de uma aquisição da mesma natureza (kits para realização de exames de laboratoriais diversos), atendendo apenas uma necessidade pública e não serve de base para mais de um processo licitatório, conforme previsto no § 3º, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022. Portanto, não há correlação deste estudo com outras licitações para aquisições na Fundação Hemope.

O presente estudo objetiva retificar estudos técnicos preliminares de contratações anteriores nos processos licitatórios para contratações diretas posteriores para o mesmo objeto. Assim, se pretende utilizar da hipótese do § 4º, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022. Apesar da não-obrigatoriedade da elaboração de ETP, o fato da alteração nos quantitativos e nos itens do objeto por aumento da demanda obriga a elaboração conforme hipótese referida.

Semelhantemente, este estudo não pretende utilizar ETPs elaborados por outros órgãos e entidades estaduais ou das demais unidades da federação, a despeito da identificação de soluções semelhantes que possam se adequar à presente demanda. Assim, não se pretende utilizar da hipótese do § 5º, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

Por fim, este ETP é consolidado à abertura do processo licitatório cujo objeto é “a formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico da UNILABE/Fundação HEMOPE, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1. Descrição da necessidade da contratação

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 196, que *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*. Nessa perspectiva, reagentes para diagnóstico são insumos estratégicos de suporte às ações de saúde. Problemas em seus fornecimentos implicar interrupções no diagnóstico e, consequentemente, tratamento de saúde, afetando a qualidade de vida da população e a credibilidade do sistema de saúde com um todo.

A **Fundação Hemope** desenvolve ações de saúde na área do sangue e abrange, além do serviço completo de hemoterapia, a unidade de hematologia clínica, ou seja, o **hospital** para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao tratamento hematológico, destacando-se como referência no diagnóstico laboratorial e tratamento das patologias do sangue.

Dentre as ações de diagnóstico, à **Unidade de Laboratórios Especializados (UNILABE)**, abarca os seguintes laboratórios:

Laboratório de imunopatologia: abrange profissionais e métodos gerais para a análise bioquímica nutricional, hormonal, imunológica e sorológica das amostras de sangue dos pacientes do hospital, realizando exames importantes para fazer o diagnóstico diferencial das doenças hematológicas.

Laboratório de biologia molecular: abrange profissionais e métodos especializados para a análise do material genético (DNA e/ou RNA) dos pacientes do hospital, atuando crucialmente no diagnóstico e acompanhamento de pacientes com hemocromatose hereditária (HH), trombofilia hereditária (TH), neoplasia mieloproliferativa crônica (NMPC), leucemia mielóide crônica (LMC), leucemia promielocítica aguda (LPA) e leucemia linfoblástica aguda (LLA) - com intenção futura de investigar a nível molecular as alterações ao diagnóstico nas leucemias mielóides agudas (LMA) e síndromes mielodisplásicas (SMD).

Laboratório de citogenética: abrange profissionais e métodos especializados para a análise do cariótipo humano, identificando deleções, translocações, inversões e outras anormalidades cromossômicas - com intenção futura de investigar a nível citogenético alterações em portadores de anemia de Fanconi (AF).

Os referidos laboratórios realizam exames de pacientes adultos oriundos de atendimento ambulatorial, serviço de pronto atendimento (SPA) ou internos (UTI ou enfermarias) e tais exames são essenciais para o diagnóstico de doenças hematológicas, prognóstico, tomada de decisões médicas e acompanhamento do tratamento. **A contratação, portanto, deriva da necessidade de atendimento contínuo dos pacientes** com suspeita de doenças onco-hematológicas, como leucemias agudas e crônicas, linfomas, doenças linfoproliferativas, neoplasias mieloproliferativas, síndromes mielodisplásicas (SMD) e mieloma múltiplo, de modo que a **ausência da contratação ocasiona solução de continuidade no serviço de diagnóstico laboratorial desses pacientes, culminando em danos irreparáveis dos usuários, tal como progressão da doença por falta de diagnóstico, prognóstico e adiamento no tratamento específico.**

2. Alinhamento da contratação com o planejamento do órgão/entidade

Este documento está em consonância à missão institucional da Fundação Hemope de atuar no diagnóstico de patologias do sangue, à política de qualidade de oferecer serviços hematológicos de qualidade e à visão de futuro de tornar-se um centro de excelência na referida área, objetivo almejado e expresso no rol de metas contidas no planejamento estratégico do hospital.

Conforme Portaria Conjunta SAD/PGE nº 097, de 14 de dezembro de 2023, o Plano de Contratações Anual (PCA) será elaborado pelos Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual durante o exercício financeiro de 2024, observando os prazos e procedimentos dispostos no Decreto nº 55.861 de 28 de novembro de 2023 e na condição de documento obrigatório da fase preparatória, será exigido a partir do exercício financeiro de 2025.

Assim, identifica-se o PCA.054.HEMOPE/2025 disponível para consulta pública no portal

<https://www.peintegrado.pe.gov.br/> para o presente processo licitatório, elaborado formalmente no Instrumento PE INTEGRADO a partir de 2024 para fins de aquisição em 2025.

3. Descrição dos requisitos da contratação

Em consonância ao art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, presta-se a descrever brevemente os requisitos necessários e suficientes à escolha da aquisição entre aqueles disponíveis para o atendimento da necessidade pública. Os licitantes, a princípio, devem ser qualificados do ponto de vista sanitário, visto que o objeto de licitação engloba kits para laboratório clínico, reagentes para biologia molecular utilizando cultivo celular, cariotipagem e PCR (Reação em Cadeia da Polimerase) e usados para realização de exames de diagnóstico (sob validação interna do método).. No campo econômico e financeiro, deve ser comprovada saúde financeira e atendimento aos compromissos fiscais. Atualmente, apesar do menor preço ser um critério importante na contratação, deve-se observar o compromisso ambiental e social, de modo que a contratação seja sustentável.

4. Levantamento de mercado

Atualmente no mercado, há muitas soluções nacionais e internacionais para o atendimento do objeto de aquisição no campo do diagnóstico laboratorial, tais como *BIOCLIN/QUIBASA*, *BIOCON*, *WAMA*, *IMUNOCON*, *Life Technologies*, *Molecular*, *Uniscience*, *Induslab*, etc. Todos oferecem insumos e reagentes como equipamentos automatizados para os devidos fins.

As empresas do ramo de laboratório clínico e biologia molecular tem em comum o fato de comercializarem produtos de alto rigor técnico sem necessariamente ter elevado valor monetário associado, principalmente para os quantitativos demandados no objeto de contratação. Outro aspecto é que elas algumas delas não são ME, EPP e MEI. Assim, já se prevê, nos documentos preparatórios que, para alguns itens do futuro processo licitatório, se enquadrará o inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006 que dispõe: ***III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.*** Assim, excepcionalmente, se tratando de alguns kits e produtos de biologia

molecular, o tratamento privilegiado destinado às ME, EPP e MEI pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art. 49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

Para particularmente três itens do objeto de aquisição, o presente processo se enquadraria no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006 e II do art. 9º do Decreto nº 45.140/2017 citado acima, uma vez que, considerando que o processo anterior só contou com a participação de empresa de grande porte, a maioria das empresas fornecedoras desses produtos especializados e importados são empresas da categoria LTDA, a limitação da concorrência no certame ensejaria um risco de novo fracasso e, ato contínuo, maiores atrasos no fornecimento dos itens e prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, com risco de desabastecimento.

A pesquisa de mercado permitiu avaliar todos esses aspectos e gerar cadastro de produtos com especificações mais genéricas e efetivas - sem onerar a qualidade necessária para o atendimento público - de modo que impactou na competitividade das empresas licitantes redundando na opção de **adquirir o objeto mediante pregão, com registros de preços (ARP) e entrega futura, pois os produtos são importados e podem enfrentar entraves aduaneiros.**

A vantagem da aquisição por pregão é o aumento da competitividade e redução do custo das aquisições. Quanto ao fato de ser mediante registro de preços é a imprevisibilidade da demanda, ou seja, há uma demanda basal comprovada pelos documentos comprobatórios como o relatório de produção do laboratório, porém, considerando que a Fundação Hemope tem “portas abertas” para as emergências de hematologia clínica, a imprevisibilidade da demanda remete ao recurso de registro de preços, que fundamentase no art. 3º do Decreto nº

54.700/2023, de acordo com os incisos:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes; e

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

O emprego do sistema de registro de preços para o presente certame foi uma decisão estratégica fundamentada na necessidade de otimização dos recursos públicos. Frequentes licitações para a aquisição de bens ou serviços não apenas demandam considerável esforço administrativo, mas também podem resultar em custos adicionais e atrasos desnecessários. Além disso, a natureza volátil das demandas da administração torna difícil estabelecer com precisão os quantitativos necessários antecipadamente. Portanto, o sistema de registro de preços se apresenta como uma solução eficiente, permitindo a flexibilidade necessária para a efetivação de contratações de acordo com as demandas do momento, sem se vincular a quantitativos e prazos pré-determinados.

Adotar o sistema de registro de preços oferece à administração pública a agilidade e a capacidade de resposta necessárias para atender às necessidades emergentes de forma eficiente. Ao contrário dos procedimentos tradicionais de licitação, esse sistema permite uma adaptação dinâmica às variações na demanda, evitando assim a subutilização ou a falta de recursos necessários. Além disso, ao concentrar as negociações em um único processo, o sistema de registro de preços promove uma gestão mais transparente e simplificada, contribuindo para a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos. Em suma, a adoção desse sistema representa uma medida estratégica que visa garantir a otimização dos processos de aquisição, em consonância com os princípios da administração pública voltados para a eficiência, economicidade e transparência.

Ademais, adotando o sistema de registro de preço para o caso concreto, há um aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais administrativos durante o exercício financeiro para aquisição de objeto dessa natureza, há ainda a redução de volume de estoque e consequentemente do custo de armazenagem e uma maior eficiência logística, além de um melhor controle orçamentário, uma vez que a administração disponibiliza os valores apenas no momento da contratação.

Quanto à intenção de registro de preços, não é aplicável ao caso concreto, pois o objeto tem demanda limitada no Estado. O fornecimento, por sua vez, se dará de forma imediata de acordo com a Ordem de Fornecimento, acompanhada de Nota de Empenho em substituição ao contrato, em virtude do fato da entrega continuada resultar em um Contrato, que deverá ser previamente empenhado, o que gera maior impacto orçamentário e financeiro para o Hemope.

Importante destacar que, a liberação de Programação Financeira pela SEFAZ - PE é feita quadrimestralmente, o que implica na necessidade de racionalização dos recursos, de modo que nenhuma despesa fique descoberta. Outro ponto a ser destacado é o fato da opção pelo Registro de Preço ser feita justamente pela impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado, e nesse sentido esta Fundação não teria a obrigatoriedade de formalização prévia do instrumento contratual, bem como do empenho total do contrato.

5. Descrição da solução

De acordo com o § 3º, do art. 8º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, julga-se necessário descrever a solução final definida como um todo.

Quanto à justificativa da escolha da solução a ser licitada, é possível afirmar que o escopo do objeto de aquisição do presente planejamento tem interesse limitado no Estado quanto a doze itens do objeto de aquisição, visto que muitos materiais são usados para uso especializado e praticamente nenhum tem uso comum nos laboratórios clínicos dos grandes hospitais pertencentes à Gerência Regional de Saúde (GERES) I da Região Metropolitana do Recife (RMR). É previsível que os hospitais não adquiram esses itens em licitação, assim não seria possível aderir às atas de registro de preços (ARP) dos referidos hospitais. Assim, a utilização dos itens da licitação para a execução de exames para atendimento exclusivo na Fundação Hemope, como por exemplo, kits para realização de exames por imunofluorescência, biologia molecular e cultivo celular inviabilizam a adesão, sendo necessária a licitação de um objeto que caracterize a demanda específica da Fundação. As alternativas de mercado são limitadas haja vista quantidade pequena de empresas do ramo que ofertam os itens do objeto. **Em geral, o melhor modelo para aquisição desses produtos é por ata de registro de preços, assim o saldo pode ser adquirido ao longo dos meses tratando-se de um planejamento para doze meses, sem a**

necessidade de gerar empenhos globais ou estimativos que redundem em impacto no orçamento e obrigatoriedade de solicitação da totalidade do objeto durante o ano contratual.

Quanto às exigências relacionadas aos insumos, não é mandatório registros na ANVISA para os produtos que são classificados como *Research Use Only* (RUO), porém, é exigida especificação exata à configuração do efisco, além das informações complementares às descrições ausentes ou de caráter de retificação a serem informadas nos documentos preparatórios que se seguirem a este estudo.

Quanto a justificativa técnica e financeira para a escolha de ARP para a aquisição, a imprevisibilidade de demanda de utilização dos itens em combinação do objeto de aquisição já comentada no item anterior deste ETP é a maior motivação para a escolha da solução, evitando aquisições desnecessárias que oneram o erário público.

À longo prazo, pretende-se fazer a aquisição por meio de importação para garantir economicidade. Entretanto, novo estudo técnico deverá ser elaborado para planejar este tipo de contratação. Por se tratarem de produtos de consumo/uso imediato, não há possibilidade técnica de utilização de modalidade de locação para os kits, uma vez que não são bens duráveis passíveis de cessão temporária de uso através de locação.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

A quantidade estimada para a realização das licitações se dá através dos relatórios de consumo de almoxarifado emitidos durante um ano. Não há relatos de consumo para o item 21, pois as últimas tentativas de aquisição restaram desertas (vide anexos). Particularmente, o cálculo para a estimativa de quantitativo para o item 14 é soma do relatório de almoxarifado (1.500 consumidos pela UNILABE + 8.500 oriundos do relatório de consumo do laboratório de sorologia, que obteve aumento no consumo no último ano, atestado pela supervisora Dra. Raquel Ximenes, totalizando 11.000 testes para 12 meses). Outrossim, foi utilizado o relatório de consumo do item 01 elaborado pela mesma supervisora, para obter a estimativa do quantitativo.

É necessário considerar que os quantitativos dos itens 4 a 12 e 21 a 35 listados não foram fundamentados diretamente no relatório de solicitação dos respectivos produtos ao almoxarifado no ano de 2024, pois, durante algum tempo, alguns insumos deste laboratório foram obtidos por recursos oriundos de pesquisa científica, e não aquisições recentes da atual gestão, além disso, o presente objeto de aquisição foi retificado, de modo que alguns itens foram acrescentados, outros retirados e alguns quantitativos foram aumentados ou diminuídos em comparação a contratações anteriores devido a duas razões principais: 1) a Fundação Hemope contava com ao apoio de uma empresa farmacêutica através da disponibilização de vouchers para realização de exames moleculares de BCR/ABL para acompanhamento de pacientes com LMC com terapia específica. Com o fim da disponibilização, o laboratório da Fundação abarcará toda a demanda, implicando em maiores aquisições para insumos necessários para o processamento das amostras e realização dos exames cujos laudos permitirão o seguimento correto dos doentes. 2) com a ampliação do rol de exames necessários para caracterizar a nível molecular os pacientes com neoplasias hematológicas conforme novas orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) de 2022 frente à escassez de recursos humanos no laboratório (restrito a apenas três servidores estatutários, sendo um deles em processo de aposentadoria) e sem previsão de novas nomeações, foi pactuado com o Núcleo de Hematologia Clínica e Laboratorial da Universidade Federal de Pernambuco (NHCL/UFPE) o apoio no que tange ao envio de amostras biológicas para realização dos exames moleculares com a contrapartida de envio de insumos necessários para sua realização (anexos: relatório de amostras enviadas do Hemope à UFPE até a data (doc. SEI! n. 65824407) e relatório de insumos necessários encaminhados pelo NHCL/UFPE (doc. SEI! n. 66084885). Tais razões contribuem para inferir que os relatórios de solicitação ao almoxarifado são imprecisos, com números demasiadamente inferiores à realidade de consumo.

Sabe-se, porém, que a compreensão da demanda atendida na Fundação Hemope e a padronização dos processos de trabalho, os relatórios de almoxarifado tornar-se-ão progressivamente confiáveis para fundamentar futuras justificativas de quantidades a serem contratadas em termo de referência sem a necessidade de refazer ETPs baseado na hipótese do § 4º, do art. 7º, do Decreto Estadual nº 53.384/2022. Portanto, elegeu-se o relatório de produção por bancada (laboratório) de biologia molecular e citogenética baseado no último ano (docs. SEI! n. 65824392 e 65824377, estimativa do consumo dos produtos pelos laboratórios (doc. SEI! n. 65824481) e as solicitações do NHCL/UFPE (doc. SEI! n. 66084885) para nortear o planejamento da presente aquisição. Cada exame específico está vinculado ao consumo de determinada quantidade de reagentes e testes contidas nos produtos licitados. É importante destacar que a previsão de consumo de alguns reagentes torna-se imprecisa por falhas pontuais esperadas e observadas nos materiais durante a utilização (por exemplo, pipetagem correta de reagentes químicos ou fluidos biológicos, diluição de amostras para análise, repetição de procedimentos, etc).

Considera-se, em suma, que a justificativa de quantidades a serem contratadas tendem a ser cada vez mais precisas no passar dos anos, baseado na familiarização que a chefia progressivamente tem com as supervisões e

profissionais assistenciais, ou seja, aqueles que executam os procedimentos e conhecem as nuances das técnicas de execução dos exames, como necessidades de repetições, diluições, titulações, consumo interno de material para atender demandas da qualidade, etc.

Para maior detalhamento da compreensão das evidências que embasaram o quantitativo estimado a ser contratado, consultar memória de cálculo expresso na nota técnica acostada ao processo (doc. SEI! n. 70848358).

7. Estimativa do valor da contratação

O valor estimado global da contratação R\$116.495,10 (cento e dezesseis mil quatrocentos e noventa e cinco reais e dez centavos) foi detalhado nos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs), disponíveis no site PE INTEGRADO, sendo:

DFD.165.HEMOPE/2024, referente ao fornecimento de kits imunológicos e outros materiais de laboratório (doc. nº 63662654);

DFD.156.HEMOPE/2024, referente ao fornecimento de reagentes para diagnóstico citogenético e molecular (doc. nº 65824297).

Os valores máximos unitários e totais foram calculados com base em dados históricos, especialmente preços registrados em Atas de Registro de Preços (ARPs) e contratos anteriormente celebrados pela Fundação Hemope, devidamente atualizados com a aplicação de índice inflacionário estimado de 10%. Esses dados estão registrados nos documentos nº 69974902 e 69974973 (para reagentes genéticos) e nos documentos nº 69975044 e 69975098 (para os demais materiais). Ressalta-se que, para os itens novos incluídos na demanda, foi realizada pesquisa de preços recente junto a fornecedores, conforme consta no documento nº 69975216, a fim de se obter uma base atualizada para referência de valores.

Dessa forma, a estimativa da contratação foi elaborada com base em informações consistentes, refletindo preços de mercado praticados em contratações anteriores com reajustes anuais previstos contratualmente, o que se mostra adequado considerando que os itens em questão são insumos de aquisição contínua utilizados na rotina laboratorial da Fundação.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da aquisição

Opta-se por parcelar o objeto em itens diante das particularidades do caso concreto detalhadas a seguir:

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.133/2021).

Legalmente, nas licitações para registro de preço cujo objeto seja divisível em unidades autonomamente consideradas, o TCU vem orientando que a regra seja a adjudicação por item, sempre que houver viabilidade técnica e inexistir prejuízo à economia de escala ou ao conjunto da contratação, de forma a permitir a ampliação da competitividade e a potencial redução dos custos de contratação.

Tecnicamente, o objeto descrito neste termo de referência foi parcelado em itens em virtude da diferença de especificações e aplicações. Apesar dos itens representarem, em comum, insumos utilizados para processamento de amostras para avaliação de condições imunológicas, conferem características distintas que os segregam em diversos itens: kits para diagnóstico sorológico indireto, direto, provas auto-ímmunes, materiais para dar suporte a realização de exames, etc. Assim, na hipótese da agregação dos itens em lotes inviabilizaria a participação de empresas que são especializadas em fornecer determinados itens, enquanto outras empresas que fornecem materiais menos específicos também seriam prejudicadas quanto à participação, culminando em um processo licitatório desprovido de ampla participação, competitividade e com risco de fracasso. **Assim, o objeto parcelado em itens é mais vantajoso para a contratação.**

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes na Administração Pública que possam impactar técnica e/ou economicamente nas aquisições apresentadas.

10. Resultados pretendidos

A aquisição de kits para realização de exames de laboratório em um processo licitatório compilado viabiliza produção de maior escala, aumentando quantitativos registrados com menor valor individual e global. Em suma, fica resguardado o atendimento do objetivo estratégico de ser referência no serviço de hematologia. Tal estratégia contribui diretamente para a economicidade da contratação, ao reduzir custos operacionais e permitir melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

Além disso, ao padronizar e centralizar a aquisição, favorece-se a efetividade dos serviços prestados, assegurando regularidade no fornecimento de insumos críticos e a continuidade das atividades laboratoriais com maior previsibilidade e segurança. Essa abordagem também potencializa o uso racional dos recursos humanos e materiais, à medida que facilita a organização dos fluxos de trabalho e a gestão de estoques.

Por fim, a medida está alinhada ao objetivo estratégico institucional de consolidar-se como referência no serviço de hematologia, ao garantir maior capacidade de resposta às demandas assistenciais, promovendo qualidade diagnóstica e contribuindo, de forma indireta, para o desenvolvimento nacional sustentável, ao fomentar a aquisição em escala, a previsibilidade contratual e a eficiência do gasto público.

11. Providências a serem adotadas

Desde a elaboração do documento preparatório, há um alinhamento estratégico e operacional consolidado entre a gerência da unidade, a supervisão e a área técnica, com o objetivo de assegurar uma aquisição efetiva, econômica, isonômica, sustentável e vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, foram adotadas providências essenciais pela Administração para garantir a adequada gestão e fiscalização do futuro contrato. Destaca-se que os servidores responsáveis pela gerência e supervisão da unidade passaram por capacitação específica promovida pela Escola de Governo da Administração Pública do Estado de Pernambuco, preparando-os técnica e gerencialmente para atuarem como gestores e fiscais do instrumento contratual a ser celebrado.

Além disso, foram realizadas adequações no ambiente organizacional, visando estruturar as condições necessárias para o acompanhamento eficaz da execução contratual, com clara definição de responsabilidades, fluxos de trabalho e mecanismos de controle. Tais medidas prévias são fundamentais para garantir a conformidade, a transparência e a efetividade na gestão do contrato, alinhadas aos princípios da boa governança pública.

12. Possíveis impactos ambientais

Toda a geração de resíduo em procedimentos de saúde geram resíduos da categoria "A", biológicos, previstos no Plano de Gerenciamentos de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) no tocante às etapas de armazenamento, transporte e disposição final. A geração de resíduo químico, radioativo, perfurocortante e doméstico não é relevante, de modo que a aquisição não é nociva ao meio ambiente. Cabe também à contratada, a adoção de políticas de sustentabilidade em sua premissa de trabalho, de modo que resulte em produção e funcionamento.

13. Posicionamento conclusivo

A contratação em questão mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário para suprir as demandas laboratoriais da Fundação Hemope.

Do ponto de vista técnico, os insumos e equipamentos previstos atendem às especificações necessárias para garantir a qualidade e a precisão dos exames realizados, promovendo resultados confiáveis e consistentes. A disponibilização gratuita dos equipamentos por meio de comodato assegura a infraestrutura necessária sem gerar custos adicionais significativos à instituição.

Em termos operacionais, a proposta assegura o fornecimento contínuo e regular dos materiais, essenciais para a manutenção das atividades laboratoriais, garantindo flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos conforme as necessidades reais do serviço. A utilização do sistema de registro de preços confere agilidade e controle ao processo de aquisição.

No aspecto orçamentário, a proposta é compatível com a economicidade esperada, apresentando preços adequados ao mercado e condições contratuais que protegem o interesse público. O regime de comodato contribui para a otimização dos investimentos, evitando despesas diretas com aquisição de equipamentos.

Assim, a contratação atende de maneira adequada e vantajosa os objetivos institucionais, estando alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e transparência. Recomenda-se, portanto, a continuidade do procedimento licitatório para a formalização da contratação, assegurando o suporte necessário para as operações laboratoriais da Fundação.

Recife, 22 de março de 2025

Servidor responsável pela elaboração

Nome	E-mail	Telefone	Matrícula	Setor/Gerência
Raphael Ferreira Pimentel	raphael.pimentel@hemope.pe.gov.br	(81) 3182- 4646	376.539-3	UNILABE

Assinatura do servidor responsável pela elaboração:

Raphael Ferreira Pimentel
Matrícula 3457672/04
Analista em saúde/biomédico

Gleybisson Oliveira Alves
Mat. 3458660/01
Chefe da UNILABE

Assinatura da servidora responsável pela aprovação

Aureli Nunes Machado
Matrícula 218239/01
Diretora de hematologia/médica

ANEXO D

Além da descrição apresentada no quadro resumo abaixo, deve-se observar as seguintes características e condições:

- a) Quanto ao item 21 (cód. 200115-2), trata-se de fitas de acetato de celulose necessária para realizar análises de proteínas séricas e hemoglobinas através do método de eletroforese.
- b) Quanto ao item 14 (cód. 85238-4), deve vir preferencialmente com controle positivo;
- c) Quanto ao item 23 (cód. 528652-2), também pode ser ofertado água destilada;
- d) Quanto ao item 11 (cód. 26961-1): onde se lê "RNA", leia-se "DNA". Pode ser ofertado em frasco transparente;
- e) Quanto ao item 24 (cód. 139559-9): peso molecular: 79,06 / número CAS 1066-33-7;
- f) Quanto ao item 26 (cód. 427834-8): peso molecular 203,3 / número CAS 7791-18-6;
- g) Quanto ao item 27 (cód. 418346-0), não precisa ser usado exclusivamente para cultura de tecido vegetal;
- h) Quanto ao item 28 (cód. 373185-5): deve ser usado para biologia molecular - livre de DNase e RNase. Peso molecular: 288,38 / número CAS: 151-21-3;
- i) Quanto ao item 29 (cód. 183660-9): peso molecular 136,08 / número CAS 127-09-3;
- j) Quanto ao item 31 (cód. 419824-7): usado para biologia molecular.
- k) Quanto ao item 12 (cód. 597890-4), admite-se apresentações de 100 microlitros a 1.000 microlitros;

QUADRO RESUMO**ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA**

Itens	Código E- Fisco	CATMAT	Descrição	Produto é detentor de retenção de ICMS	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1	318706-3	338860	TESTE SOROLOGICO – PARA DETECCAO DE ANTICORPOS ANT TRYPANOSOMA CRUZI, POR METODOLOGIA IMUNOFLUORESCENCIA INDIRETA,DEVENDO APRESENTAR O ANTIGENO DE TRYPANOSOMA CRUZILIOFILIZADO, OBTIDO POR CULTIVO EM MEIO DE LIT SOB A FORMA EPIMASTIGOTA COM GLOBULINAS DE CARNEIRO ANT IMUNOGLOBULINAS TOTAIS HUMANAS MARCADAS PELO ISOTIOCIANATO DE FLUORESCENCIA,APRESENTANDO BULA CONFORME LEGISLACAO VIGENTE,COM VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA,POSSUINDO REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	Não	Teste	R\$ 9,86	460	R\$ 4.535,60
2	136757-9	336469	KIT PARA DETECCAO DE FATOR ANTI NUCLEO - DETECCAO DE ANTICORPOS ANTI DNA, IMUNOFLUORESCENCIA INDIRETA, UTILIZA COMO SUPORTE LAMINAS FIXADAS COM CRITHIDIA LUCILLAE, EXECUCAO MANUAL, SORO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, ACOMPANHA: FLUORESCENCIA CONJUGADA COM IG POLIVALENTE, DILUENTE CONJUGADA (AZUL DE EVANS) PBS MEIO DE MONTAGEM, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 12 MESES, O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM TEMPERATURA NA FAIXA DE 02 A 08 GRAUS CENTIGRADOS, KIT CONTENDO 100 TESTES, KIT CONTENDO 10 LAMINAS COM 10 ORIFICIOS CADA	Não	Teste	R\$ 7,80	336	R\$ 2.620,80

3	200528-0	355932	KIT PARA DETECCAO DE FATOR ANTI NUCLEO - PARA DOSAGEM DE HEP-2, DETECCAO DE ANTICORPOS ANTINUCLEARES, METODO POR IMUNOFLORESCENCIA INDIRETA, UTILIZA COMO SUPORTE LAMINAS COM CELULAS EPITELIAIS HUMANAS, EXECUCAO MANUAL, EM SORO HUMANO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, CONTROLES POSITIVOS E NEGATIVO, ACOMPANHA: TAMPAO PBS, GLICERINA E LAMINAS, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 12 MESES, CONFORME GRONOGRAMA, KIT CONTENDO 120 TESTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/N.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	Não	Teste	R\$ 15,05	1.200	R\$ 18.060,00
4	439765-7	605472	REAGENTE - COLCEMID SOLUCAO LIQUIDA 10 MICROGRAMAS POR ML (10MG/ML) DILUIDA EM HANKS COM FENOL VERMELHO, PRONTA PARA USO, UTILIZADO EM CULTURA CELULAR DE MEDULA OSSEA COMO AGENTE BLOQUEADOR PARA OBTENCAO DE METAFASES PARA ANALISE CITOGENETICA, ACONDICIONADO EM FRASCO, ROTULO COM N.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE.	Não	Frasco de 10 mL	R\$ 134,76	20	R\$ 2.695,20
5	200771-1	425745	REAGENTE PARA BIOLOGIA MOLECULAR - - TRIPSINA 1:250, LIVRE DE MICOPLASMA E PARVOVIRUS DE PORCO, PARA USO EM PROCEDIMENTO QUE REQUER ACAO ENZIMATICA PROTEOLITICA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO C/N.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	Não	Frasco de 100g	R\$ 2.692,21	01	R\$ 2.692,21
6	278072-0	329544	SORO FETAL BOVINO - LIQUIDO, ESTERIL, INATIVADO, ISENTO DE MYCOPLASMA, COM NIVEL DE ENDOTOXINA DE = OU > 50 EU/ML E DE HEMOGLOBINA DE 25 MG/DL, COMPOSICAO, PH, COM CONTENDO PROTEINAS, ALBUMINA, GLOBULINA UM E DOIS, B GLOBULINA, GLICOSE, UREA, CREATININA E HEMOGLOBINA PARA USO EM CITOGENETICA COMO COMPLEMENTO NUTRICIONAL PARA MEIO DE CULTURA, OSMOLARIDADE, ASPECTO DA SUSPENSAO, EM IDENTIFICACAO COM EMBALAGEM CONTENDO 500ML, N° DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE (24 MESES) E TEMPERATURA PARA CONSERVACAO DO PRODUTO, ISENTO DE SEM MYCOPLASMA, ESPECIALMENTE TESTADO PARA USO EM CULTURA DE CELULAS, TESTADO EM CELULAS, CONSERVACAO EM TEMPERATURA DE -5 ATE -20 GRAUS CELSIUS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	Não	Frasco de 500 mL	R\$ 1.030,50	04	R\$ 4.122,00
7	224767-4	326466	RPMI - RPMI 1640 COM GLUTAMINA, BICARBONATO DE SODIO, ANTIBIOTICO E HEPES PARA USO EM LABORATORIO DE CITOGENETICA, LIQUIDO, MEIO PARA CULTURA DE CELULA, MEIO DE CULTURA RPMI 1640 LIQUIDO CONTENDO BICARBONATO DE SODIO, GLUTAMINA, ANTIBIOTICO E HEPES EM FRASCO DE 500 ML, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE (PARA 12 MESES), FORMULA E PROCEDENCIA E TEMPERATURA PARA CONSERVACAO	Não	Frasco de 500 mL	R\$ 176,00	10	R\$ 1.760,00
8	565604-4	417252	REAGENTES QUIMICOS - TRIPSINA LIQUIDA 2,5%, 10X. LIVRE DE MICOPLASMA E PARVOVIRUS DE PORCO, SEM CALCIO, SEM MAGNESIO, SEM EDTA E SEM VERMELHO DE FENOL,,, PARA ACAO ENZIMATICA PROTEOLITICA., CAS. 9002-07-7	Não	Frasco de 100 mL	R\$ 306,10	15	R\$ 4.591,50
9	508244-7	369441	REAGENTES BIOLOGICOS - PHA-M FITOHEMAGLUTININA M, COM ATIVIDADE MITOGENICA PARA LINFOCITOS HUMANOS, PARA USO EM CULTURAS DE LINFOCITOS, CONCENTRACAO: 10UG/ML, PRONTO PARA USO E ESTERIL	Não	Frasco de 10 mL	R\$ 388,64	02	R\$ 777,28

10	378874-1	425745	REAGENTES QUIMICOS - MITOMICINA C OBTIDA DE STREPTOMYCES CAESPITOSUS, CATEGORIA PA, UTILIZADO EM CULTURA DE CELULAS INIBIDOR DA SINTESE DE DNA, DIVISAO CELULAR E CELULAS CANCEROSAS, COMPOSTO DE 2MG DE MITOMICINA C, 48MG DE NaCl, ANTIBACTERIANO PARA GRAM POSITIVOS, GRAM NEGATIVOS E BACIOS ACIDOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ARMAZENAGEM DE 2°C A 8°C NO ESCURO, ROTULO COM NR DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, PROCEDENCIA E NOME DO FABRICANTE	Não	Grana	R\$ 543,46	04	R\$ 2.173,84
11	26961-1	355507	FENOL - CATEGORIA PARA EXTRACAO DE RNA, TEOR LIQUIDO LIMITES MAXIMOS ANIONS 0,0005%, LIMITES MAXIMOS ALUMINO MAX. 0,0005%, COBRE MAXIMO 0,0005%, PH DA SOLUCAO 0,5M 7,8, PONTO DE SOLIDIFICACAO MAIOR OU IGUAL A 40,5 GRAUS CELSIUS, ASPECTO DA SOLUCAO VISCOSA CLARA AMARELADA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO AMBAR DE 100ML, ROTULO COM NUM. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO	Não	Frasco de 100 mL	R\$ 8,82	04	R\$ 35,2800
12	597890-4	448559	REAGENTE PARA BIOLOGIA MOLECULAR - PARA DETECCAO DE ACIDOS NUCLEICOS EM GEIS DE AGAROSE E POLIACRILAMIDA, DILUIDO EM AGUA, CONCENTRACAO MINIMA DE 10.000X, CORANTE FLUORESCENTE INTERCALANTE, SEGURO, NAO MUTAGENICO E NAO TOXICO	Não	Frasco 500 microlitros	R\$ 731,83	20	R\$ 14.636,60

ITENS COM COTA EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI

Itens	Código Fisco	E-CATMAT	Descrição	Produto é detentor de retenção de ICMS	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
13	487261-4	483789	SISTEMA DE COLORACAO PARA HEMATOLOGIA RETICULINA, PARA USO LABORATORIAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	Não	Conjunto	R\$ 580,00	4	R\$ 2.320,00
14	85238-4	366227	KIT PARA VDRL - DETECCAO DE IMUNOGLOBULINA DE CLASSE IGG, POR FLOCULACAO, UTILIZA COMO SUPORTE PARTICULAS DE LATEX, LEITURA AGLUTINACAO, EXECUCAO MANUAL, EM SORO OU LCR, DETERMINACAO SEMI QUANTITATIVA, ACOMPANHA CONTROLES POSITIVO, NEGATIVO, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 06 MESES, KIT CONTENDO 50 A 700 TESTES, ROTULO COM NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE	Não	Teste	R\$ 0,21	11000	R\$ 2.310,00
15	98153-2	335453	KIT PARA DETECCAO DE FATOR REUMATOIDE KIT PARA DOSAGEM QUANTITATIVA DE FATOR REUMATOIDE METODO AGLUTINACAO, UTILIZA COMO SUPORTE PARTICULAS DE LATEX RECOBERTAS COM ANTICORPO ESPEC IFICO ANTI FATOR REUMATOIDE HUMANO, LEITURA AGLUTINACAO E LEITURA VISUAL, EXECUCAO MANUAL, EM SORO, DETERMINACAO QUANTITATIVA, ACOMPANHA CONTROLES, VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA DE 6 MESES, KIT CONTENDO 50 DETERMINACOES, ROTULO C/ NR DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE	Não	Teste	R\$ 1,54	350	R\$ 539,00
16	132265-6	423793	KIT PARA WALTER ROSE - DETECCAO DE IMUNOGLOBULINA DA CLASSE IGG, POR HEMAGLUTINACAO, UTILIZA COMO SUPORTE HEMACEAS DE CARNEIRO ESTABILIZADAS E SENSIBILIZADAS,	Não	Teste	R\$ 1,73	100	R\$ 173,00

			LEITURA ATRAVES DE AGLUTINACAO,, EXECUCAO MANUAL,, NO SORO,, DETERMINACAO QUALITATIVA E SEMI- QUANTITATIVA COM CONTROLES: POSITIVO E NEGATIVO,, ACOMPANHA: LAMINAS E BASTOES,, VALIDADE MINIMA APÓS ENTREGA DE 09 (NOVE) MESES,, KIT CONTENDO ATÉ 100 TESTES,, COM INSTRUÇÕES PARA USO,, ROTULO CONTENDO: N- DE LOTE, VALIDADE E TEMPERATURA DE ESTOCAGEM					
17	154107-2	336258	KIT ASLO - DETERMINACAO POR AGLUTINACAO EM LATEX PARA ANTIESTREPTOLISINA "O", METODO NAO ENZIMATICO, TECNICA LEITURA VISUAL, AUTOMACAO DE EXECUCAO MANUAL, REAGENTE PRINCIPAL PRONTO PARA USO, PARA DETERMINACAO EM SORO, VOLUME TOTAL DO KIT: 50 - 100 TESTES, PRESENÇA DE PADRÃO COM CONTROLES NEGATIVO E POSITIVO INCLUSOS	Não	Teste	R\$ 1,40	100	R\$ 140,00
18	187812-3	346777	KIT PARA DETECCAO DE MONONUCLEOSE - DIAGNOSTICO DE MONONUCLEOSE, MONOSLIDE TEST SOROLOGICO, UTILIZA COMO SUPORTE HEMACEAS, EXECUCAO MANUAL, HEMACEA DE CAVALO, HEMACEA DE BOI, RIM DE COBAIA, DETERMINACAO QUALITATIVA E QUANTITATIVA, VALIDADE MINIMA APOS A ENTREGA DE 6 MESES E ETC, O MATERIAL DEVE SER CONSERVADO EM GELADEIRA NA TEMPERATURA 8, KIT CONTENDO DE 1 A 100, COM BULA, EMBALAGEM APROPRIADA, NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA	Não	Teste	R\$ 1,74	100	R\$174,00
19	22836-2	412644	INDICADOR DE PH - EM TIRA DE CELULOSE COM PAPEL REAGENTE, COM INTERVALO DE 0 - 14, COM GRADUACAO DE 01 UNIDADE DE PH, PARA MEDICAO DE PH DE SOLUCAO E OUTROS, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 100 TIRAS, ROTULO COM NUMERO DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE	Não	Unidade	R\$ 0,46	300	R\$ 138,00
20	45247-5	618813	KIT PARA DETERMINACAO DE BHCG - DETERMINACAO POR IMUNOCROMOTOGRAFIA, METODO 25 MUI/ML, MODO DE REACAO QUALITATIVO RAPIDO, TECNICA NAO, VOLUME MAXIMO DE INDIVIDUAL TIPO PACK, ESTOCAGEM NA TEMPERATURA DE ADEQUADA PARA O KIT, NAO AUTOMATIZADO, ROTULAGEM COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA, PARA DETERMINACAO EM SORO E URINA, VOLUME TOTAL DO KIT 25 OU 50 TESTES (APROXIMADAMENTE), PRESENÇA DE PADRÃO ACOMPANHA CONFIRMACAO VISUAL DE CONTROLE INTERNO	Não	Teste	R\$ 25,03	400	R\$ 10.012,00
21	200115-2	455267	FITA INDICADORA - EM ACETATO DE CELULOSE, PARA ELETROFORESE C/ESPESURA DE 250-300 MICRO, PARA INDICAR QUANDO A ANAEROBIOSE VERDADEIRA FOI OBTIDA, NA MEDIDA 5,7X14CM, CONSERVADA EM METANOL A 30%, ACONDICIONADO EM CAIXA COM 4X25 TIRAS, TOTALIZANDO 100 TIRAS POR CAIXA, ROTULO COM N.DE LOTE,DATA DE FABRICACAO/VALIDADE E PROCEDENCIA	Não	Unidade	R\$ 1,90	400	R\$ 760,00
22	274336-1	361929	ALCOOL METILICO - "METANOL" CATEGORIA P.A.,TEOR DE 99,8%,RESIDUO DE EVAPORACAO MAX. 0,001%,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULO COM DADOS DE VALIDADE, FABRICACAO E PROCEDENCIA	Não	Litro	R\$ 40,04	90	R\$ 3.603,60
23	528652-2	379382	AGUA DEIONIZADA - PURA, ISENTA DE SAIS SOLUVEIS, PARA ANALISES QUIMICAS	Não	Galão de 5L	R\$ 9,35	48	R\$ 448,80

24	139559-9	382990	REAGENTES QUIMICOS - BICARBONATO DE AMONIO, CATEGORIA P.A, TEOR PUREZA MINIMA DE 99% ACONDICIONADO EM FRASCO DE 500 GRAMAS, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Gramas	R\$ 2,29	1000	R\$ 2.290,00
25	421151-0	347336	ACIDO CLORIDRICO - (HCl) PADRAO ANALITICO ESPECIFICO PARA LABORATORIO - PA (CAS:76-47-01-0) 36,46G/MOL,PUREZA IGUAL OU SUPERIOR A 37%,DENSIDADE DE 1.18 G/CM³,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULON. PRODUTO, DATA FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA E NOME DO FABRICANTE	Não	Frasco de 1 L	R\$ 32,24	01	R\$ 32,24
26	427834-8	360536	CLORETO DE MAGNESIO - CATEGORIA P.A, TEOR MINIMO DE 99%, INCOLOR, HEXAHIDRATADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO COM NUMERO DO LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Gramas	R\$ 0,03	250	R\$ 7,50
27	418346-0	366471	CLORETO DE SODIO - PADRAO ANALITICO (P.A), ESPECIFICO PARA CULTURA DE TECIDO VEGETAL, PUREZA IGUAL OU SUPERIOR A 99,8%,(NaCl) PM=58,443G/MOL, (CAS: 7647-14-5), EMBALAGEM INDIVIDUAL HERMETICAMENTE FECHADA, ROTULO: NR LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA.	Não	Frasco 1 Kg	R\$ 351,21	01	R\$ 351,21
28	373185-5	450181	SULFATO - DODECYL SULFATO DE SODIO - SDS, GRAU BIOLOGIA MOLECULAR,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULO EM PORTUGUES COM N.D.E LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Gramas	R\$ 1,52	100	R\$ 152,00
29	183660-9	380436	ACETATO DE SODIO - CATEGORIA TRIHIDRATADO P.A, COMPOSTO DE PUREZA MINIMA 99,5%, PONTO DE FOSFATO MAX.0,0002%, CALCIO MAX.0,001%, SULFATO MAX. 0,002%, ALUMINIO MAX. 0,0005%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Gramas	R\$ 0,06	500	R\$ 30,00
30	419832-8	346030	HIDROXIDO DE SODIO - PADRAO ANALITICO ESPECIFICO PARA LABORATORIO (PA) NaOH,TEOR IGUAL OU SUPERIOR A 99,0%,CAS: 1310-73-2, PM=39,9971G/MOL,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULO NR LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA.	Não	Gramas	R\$ 0,05	500	R\$ 25,00
31	419824-7	353076	GLICERINA - PADRAO ANALITICO ESPECIFICO PARA LABORATORIO (C3H8O3), CAS: 56-815, PM=92,09 G/MOL, ACS,PUREZA: 99%,ASPECTO FISICO LIQUIDO VISCOSO, INCOLOR, HIGROSCOPIO,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,ROTULO: NR LOTE, DATA FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Frasco 100 mL	R\$ 40,52	01	R\$ 40,52
32	38385-6	345906	ACIDO - ACETICO GLACIAL, P.A., COM TEOR MINIMO DE 99,8% - MAXIMO DE 100,5%, RESIDUO DE CALCINACAO MAXIMA 0,0005%, EM FRASCO DE 1 LITRO, ROTULO EM PORTUGUES COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA	Não	Frasco de 1 L	R\$ 34,60	06	R\$ 207,60

33	72533-1	434382	PONTEIRA PLASTICA - DESCARTAVEL, ESTERIL, COM FILTRO, PARA MICROPIPETA, COM CAPACIDADE 20 UL, COM CERTIFICADO DE GARANTIA, ACONDICIONADO EM RACKS COM 96 UNIDADES, ROTULO COM FABRICANTE, N. DO LOTE, ROTULO	Não	Unidade	R\$ 0,23	7.000	R\$ 1.610,00	
34	62557-4	360089	CAIXA PORTA - TUBOS CRIOGENICOS EM FREEZER(A70), EM POLICARBONATO, COM TAMPA TRANSPARENTE, PARA 100 TUBOS DE 1 A 2ML, ACONDICIONADO EM EMBLAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO- ROTULO COM NR. DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, NOME DO PRODUTOR	Não	Unidade	R\$ 18,29	05	R\$ 91,45	
35	597996-0	410238	CAIXA PORTA - PARA TUBOS CRIOGENICOS EM FREEZER MENOS 70 GRAUS CELSIUS, EM POLICARBONATO, COM TAMPA TRANSPARENTE, PARA 100 MICROTUBOS DE 200 MICROLITROS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	Não	Unidade	R\$ 17,99	05	R\$ 89,95	

TOTAL**R\$ 84.246,18**

**PROCESSO LICITATÓRIO COMPRAS Nº 90571/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PE -INTEGRADO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMOPE
SEI Nº 0040400048.000360/2025-15**

**ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

**PROCESSO LICITATÓRIO COMPRAS Nº 90571/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PE -INTEGRADO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMAPE
SEI Nº 0040400048.000360/2025-15**

**ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico** nº 90571/2025, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) XXX, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de Dispositivos Médicos do tipo kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico visando atender as necessidades da UNILABE/Fundação Hemope, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura como único **PARTICIPANTE** da presente Ata de Registro de Preços a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXX							
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO ITEM	DO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE							XXXXXXXX

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em XX/XX/XXXX, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.4.1. A redução de preços proposta não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, que considerará os preços finais apresentados no certame.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

8.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

8.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

8.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

9.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

9.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.

9.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do **GERENCIADOR**, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.2. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

10.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

10.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

11.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

11.1.2. Não manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

11.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

11.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

11.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

11.3. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser cancelada em caso de extinção antecipada do contrato dela decorrente firmado pelo **GERENCIADOR**.

11.4. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

12.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

12.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

12.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

12.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

12.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.

12.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

12.3.1. na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

12.3.2. nas infrações previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: até 6 meses.

12.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

12.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 12.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

14. DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

**PROCESSO LICITATÓRIO COMPRAS Nº 90571/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PE -INTEGRADO PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMOPE
SEI Nº 0040400048.000360/2025-15**

**ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90571/2025, PROCESSO Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMOPE.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a). _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de Dispositivos Médicos do tipo kits de diagnóstico, reagentes e produtos químicos para laboratório clínico visando atender as necessidades da UNILABE/Fundação Hemope, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90571/2025, PROCESSO Nº 4686.2025.AC 84.PE.90571.SAD.HEMAPE** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor mensal da contratação é de R\$ XXXX (...), perfazendo o valor anual (ou total) de R\$ XXXX (...).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os valores indicados no PARÁGRAFO PRIMEIRO são meramente estimativos e os pagamentos devidos à CONTRATADA serão feitos conforme medições dos fornecimentos efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2025, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 3.3.90.30

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inexistência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro impede a continuidade do ajuste, devendo a CONTRATANTE promover a extinção do **CONTRATO**, sem ônus, na forma dos Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula Décima Sétima.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 11/08/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do contrato, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO : Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO : O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo

máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item **3.2.3.** do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.2.**, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma continuada, periodicamente, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, conforme a necessidade administrativa da Contratante, durante o prazo de vigência contratual, de acordo com os quantitativos estimados para cada parcela e previstos nas futuras ordens de fornecimento, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração da data mensal (ou outra periodicidade) de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;
- IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;
- XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);
- XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da

Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XVIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa XXXXXX como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar ao gestor do **CONTRATO**, em tempo hábil, o término do **CONTRATO** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- j) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da

CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATO** pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o **CONTRATO** não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do **CONTRATO**, desde que a notificação da **CONTRATADA** sobre a não-continuidade seja feita pelo **CONTRATANTE** com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do **CONTRATO**, a extinção se dará após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06

(seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente,

estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:**PRAZO DE ENTREGA:****LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:****SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:**

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Freitas da Costa Salles**, **4670604.120101** e matrícula **4670604**, em 09/09/2025, às 13:58.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **4f2f046f-1f16-4523-8bde-8d3e586cd9f1**
